

Agenda

da Diversidade

abril / 2013

TEMA: Reintegração Social e atenção aos usuários de álcool e outras drogas

pensando as diferenças

O sujeito frente às políticas de álcool e outras drogas

Existe uma diversidade de teorias que tentam explicar a complexidade da natureza da dependência química. Segundo Figlie et al. (2004) são cinco os modelos básicos: o modelo da doença, o modelo do comportamento aprendido, o modelo psicanalítico, o modelo familiar e por último, o modelo psicossocial.

O modelo da doença entende a dependência química como um transtorno primário – uma susceptibilidade biológica herdada, independente de outras condições. De acordo com esse modelo as principais características da dependência são: a perda de controle sobre o consumo e um padrão de recaída, a despeito de consequências negativas.

No modelo de comportamento aprendido ou condicionado acredita-se que os problemas comportamentais, incluindo pensamentos, sentimentos e mudanças fisiológicas poderiam ser modificados pelos mesmos processos de aprendizagem que os criaram. Fazem parte deste modelo as seguintes escolas: a) condicionamento clássico, b) condicionamento operante, c) modelagem, d) modelo cognitivo-comportamental. O modelo psicanalítico se preocupa com a posição

subjetiva do sujeito em relação a droga. O que importa aqui é entender a função e a dinâmica que a droga opera no psiquismo desse sujeito, e a partir daí considerar que intervenções serão tomadas.

Em outra perspectiva, segundo Fiegle et. al (2004), a dependência é definida como sendo um fenômeno biopsicossocial. Este modelo tenta integrar as contribuições de todos os quatro anteriores numa teoria unificada. Não se pretende, embora pareça haver um componente biológico herdado nos transtornos de uso abusivo de substâncias, encerrar a sua etiologia, apenas no corpo ou no psiquismo dos dependentes. Fatores sociológicos e culturais desempenham um papel importante na causa, curso e resultados do transtorno. Nesta perspectiva, segundo Almeida (2004), a dependência também é um “sintoma social”.

No mundo contemporâneo, os meios se transformaram em fins e a quantidade sobrepujou a qualidade, inclusive no que diz respeito ao consumo químico: consomem-se substâncias que proporcionem instantaneamente lucidez, rendimento sexual ou intelectual, sono, emagrecimento, euforia, tranquilidade.

para arquivar, centralize e lura.



Ações de Reintegração Social para dependentes químicos

No contexto do sistema penitenciário há uma crescente necessidade de desenvolver estratégias de intervenção para atender as diversas demandas nas Centrais dos Egressos e familiares e no âmbito das Centrais de Penas e de Medidas Alternativas. Essa demanda, muitas vezes, passa a ser do próprio poder judiciário que, cada vez mais, reconhece que os indivíduos que cometeram delito apresentam de forma frequente, um transtorno causado pelo uso de substâncias que necessitam de tratamento. Surge assim a indicação das penas alternativas, com a possibilidade de realização de acompanhamento em serviços especializados.

Segundo Figlie et al. (2004) algumas técnicas de tratamento têm se consolidado ao longo do tempo, o trabalho com grupos tem sido uma delas. Vários fatores tornam essa escolha mais viável. A primeira e a mais simples questão que viabiliza esse tipo de proposta é a praticidade que esta oferece ao permitir atender um número maior de pessoas. Entretanto, há fatores técnicos que a tornam uma alternativa produtiva. O

nível “duplo” de exclusão e de discriminação em que vivem os dependentes que estão em conflito com a lei é de abrangência impactante para eles, produzindo, em geral, uma sensação que são únicos e isolados.

Nesse sentido, a abordagem grupal entra como um contraponto oferecendo meios para que esse indivíduo se perceba parte integrante do grupo, com o qual se identifica. A pessoa, no contexto grupal, pode ver que aquilo que pensava ser peculiar a si é comum aos outros, “reação espelho”; além disso, poder perceber novas formas de lidar com os sofrimentos e situações, representadas por pessoas colocadas na mesma sala.

Para auxiliar os profissionais e melhorar o atendimento prestado, a Secretaria da Administração Penitenciária publicou Resolução SAP - 196, de 19-9-2012, que dispõe sobre orientação ao trabalho técnico, conforme estabelecido no artigo 28 da Lei 11.343, de 23-08-2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.



Agenda da Diversidade

Construindo uma estratégia de intervenção

É muito difícil propor alguma estratégia para uma pessoa mudar comportamentos e hábitos. Além de mudança tem que haver reflexão sobre os aspectos positivos e negativos. Para o dependente é preciso combinar a força de vontade à ajuda. É necessário buscar meios para que as metas estabelecidas no atendimento não fracassem. Lidamos frequentemente, com pessoas que tiveram ou estão enfrentando situações com a justiça e normalmente estão vinculadas às drogas. Não podemos esquecer a família dessas pessoas que estão inseridas, de alguma maneira, nesse contexto. Assim, é nessa família que devemos nos aliar para o apoio imprescindível aos objetivos a serem alcançados conjuntamente.

- a) Levantar se é usuário eventual ou habitual;
- b) O que levou ou leva o uso de determinada droga;
- c) Considerar, além do usuário, todos que irão lidar com ele;
- d) Individualizar o tipo de intervenção, levando em consideração a história do sujeito, tipo de droga consumida e também o momento disponível do dependente.

Cidadania Ativa

O que diz a Resolução SAP - 196, de 19 de setembro de 2012, sobre as medidas educativas (trechos selecionados):
As medidas educativas deverão:

- I - orientar sobre os riscos advindos do uso e abuso de drogas;
- II - estimular a reflexão crítica sobre os efeitos do uso e da dependência de drogas, considerando aspectos relacionados à saúde física e mental dos usuários assim como aspectos sociais e econômicos;
- III - promover a adoção de hábitos saudáveis de vida;
- IV - fortalecer o estabelecimento de vínculos familiares e sociais, fundamentais para a autovalorização e o convívio em sociedade.

As estratégias metodológicas a serem adotadas poderão incluir:

- I - aconselhamento individual com, no máximo, 04 sessões;
- II - aumento no atendimento de 04 para 08 sessões, incluindo grupo familiar para participar dos trabalhos;
- III - palestras sobre o tema, em grupo, com, não mais, de 08 participantes;
- IV - grupos de discussão com, no máximo, 08 participantes e 03 sessões para cada grupo.

É importante ressaltar que as intervenções realizadas poderão fazer emergir demandas mais complexas, as quais deverão ser encaminhadas para soluções junto a intervenções específicas de saúde e de convivência saudável.

Da mesma forma, sempre que possível, é desejável desenvolver atividades de orientação aos familiares, de modo a contribuir nas ações junto aos presos participantes, inserindo-os no Programa de Atenção ao Egresso e à Família.

para arquivar, centralize e lere.

Tecendo a Rede

Onde procurar ajuda?

CAPS AD Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são instituições que visam à substituição dos hospitais psiquiátricos, toda região possui uma unidade ou serviço de CAPS, NAPS (Núcleo de atenção psicossocial) ou PSF (Programa Saúde da Família). A atuação conjunta entre os diferentes órgãos contribui para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e atendimento de forma integrada do indivíduo, respeitando as suas demandas e especificidades do território.

N.A (Narcóticos Anônimos) são grupos de apoio em que o participante encontra apoio de indivíduos na mesma condição de dependência.
Fone: 11. 3101-9626 (Núcleo São Paulo- Capital)
www.na.org.br (no site consta a relação de todos os núcleos do país)

Saiba mais!

:: SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Participação e Parceria. Guia Prático sobre Uso, Abuso e Dependência de Substâncias Psicotrópicas para Educadores e Profissionais da Saúde. COMUDA/ABEAD, 2006.

:: FIGLIE, N.B., BORDIN, S. e LARANJEIRA, R. Aconselhamento em Dependência Química. São Paulo: ed. Roca, 2004.

:: OLIVEIRA, JR., Hercílio de. et al. Serviços Voltados para o Tratamento da Dependência Química e Integração com Políticas Gerais. In Clínica Psiquiátrica/ editores Eurípedes Constantino Miguel, Valentim Gentil, Wagner Farid Gattaz. Barueri, SP: Manole, 2011.

:: Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - <http://www.abramd.org.br/>

:: Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp - www.cebrid.epm.br

